



## Assembleia de Freguesia de Oia

Quadriénio 2013-2017

Ata número seis

Aos vinte e seis dias de Setembro de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da Freguesia de Oia, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma Assembleia Ordinária.-----

O Presidente da Mesa declara aberta a Sessão, e depois de cumprimentar os membros da Assembleia presentes e o público, verificou a existência de quórum e as presenças, informando a substituição justificada do membro Sr. António Pinto pelo Sr. Rui Barroco. Informou também que não lhe foram trazidos ao conhecimento quaisquer assuntos suscetíveis de serem dirigidos à assembleia.-----

Foi dado início à Ordem de Trabalhos, começando pelo período *antes da ordem do dia*, *Ponto 1- Leitura e Aprovação da ata anterior*, tendo o Presidente da Assembleia feito referencia a alguns erros de ortografia na ata, entretanto verificados, informando que irão ser corrigidos. Posta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Amílcar Pereira, Henriqueta Martins e Carlos Areias. De seguida passou-se ao *Ponto 2- a) Avaliação das atividades do 25º Aniversário da elevação de Oia a Vila; b) Proposta nº 14- compensação mensal para encargos do Presidente da Junta; e c) Proposta nº 15, apoio a conceder as Associações da Freguesia*, tendo sido concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que pudesse expor esses assuntos, de forma global, numa única intervenção.-----

No uso da palavra o Presidente do Executivo saúda o Presidente da Mesa, os membros da Assembleia e o público, após o que faz referência às comemorações e atividades do 25º aniversário, e o retorno que disso teve da população, tendo ficado positivamente agradado com a recetividade das pessoas, afirmando que tal só enalteceu a freguesia. Elogiou ainda a presença massiva e empenhada da comitiva de Oia, Pontevedra, concelho Espanhol com quem se está a trabalhar numa gemação, atendendo aos laços histórico-culturais existentes, que ultrapassam a semelhança do próprio nome. Quanto à alínea b) o Presidente do Executivo esclareceu que a compensação não é para o seu vencimento, que nunca quis, nem quer, renunciando-o, embora legalmente a ele tenha direito. No entanto, referiu, a compensação apresentada, complementar àquele, também por direito legal, apenas servirá para custear as despesas tidas com viatura

própria, com a qual tem diariamente servido a Junta. Mais refere que apenas trouxe o assunto à assembleia a título informativo e numa lógica de transparência institucional.-----

Passando à alínea *c) Apoio a conceder às associações da Freguesia*, explicou os critérios da atribuição dos subsídios e referiu que apenas foi feita a distribuição destes por quem os cumpriu, nomeadamente com a entrega de regulamentos, relatórios e atas, expondo ainda que, apesar disso, foram calculados e aprovados pelo Executivo os subsídios destinados àquelas associações que ainda não entregaram toda a documentação, precavendo alguma apresentação posterior. Esclareceu também o critério que levou ao aumento do subsídio a determinadas associações, derivado à existência de camadas jovens no desporto por aquelas promovidas. Referiu ainda que entre 2008 e 2013 a média de subsídios por associação valeu 280,73€, e que em 2014 essa média se situa em 309,25€.-----

Terminada a intervenção do Presidente do Executivo, o Presidente de Mesa fez uma referência positiva à análise apresentada das atividades do vigésimo quinto aniversário de elevação de Oiã a Vila, tendo a autoanálise exposta pelo executivo enunciado pontos positivos e negativos, bem como ameaças e oportunidades, muito bem explicitadas numa análise SWOT, pouco habitual naquele contexto. Sugere ainda ao Senhor Presidente do Executivo que fosse feita uma análise mais aturada da atividade geral da Junta no último ano, porquanto estaria a terminar o primeiro ano de atividade daquele executivo, para o mandato a que foi eleito. De seguida dá a palavra à Assembleia, para quem pretendesse intervir, nos termos do regimento.-----

O Membro Sérgio Lopes pede a palavra e no uso da mesma, e no que respeita ao ponto 1, parabeniza a Junta pelas atividades desenvolvidas, referindo parecer-lhe que a avaliação apresentada terá sido feita apenas pelo executivo, e que no seu entender deveria ter sido feita em conjunto com as associações, concretizando assim uma avaliação externa, podendo aquelas ajudar, dado terem sido intervenientes. Deixou também uma nota que entendeu importante, lembrando que, quando em 2009 se realizaram as comemorações, foi feito um trabalho interessante pelo Jornal da Bairrada, com destacáveis apresentados no jornal, relativos às associações da freguesia, que desta vez não aconteceu, assinalando que não terá sido certamente culpa da Junta. Mais disse que apesar do tema ter sido destacado na Radio Província, certo é que, no seu entendimento, o público-alvo não é o mesmo e que o aludido Jornal tem outra projeção, parecendo-lhe importante, de futuro, articular a divulgação da informação também por este meio. Quanto à alínea b), verificado não se tratar de uma proposta, antes uma decisão que cabe ao Sr. Presidente da Junta, consignada na lei, diz ser preferível retirar esse valor do orçamento de estado e não da junta, atendendo que se o Presidente recebesse salário a meio tempo o valor seria retirado do orçamento geral de estado. Quanto à alínea c), deixa apenas a nota que deveria constar a data da reunião em que foi aprovado no executivo, e sugere ainda a

alteração do regulamento de atribuição de subsídios, pois a atribuição é anunciada no Primeiro semestre de cada ano, de algum modo tardiamente.-----

De seguida Rui Barroco, em substituição do membro António Mendes Pinto, depois de cumprimentar todos os presentes, endereçou os parabéns ao Executivo pelas celebrações do 25º aniversário, fazendo uma referência à falta de limpeza de algumas zonas, sobretudo da praça central, que no seu entendimento terão manchado as celebrações. Em relação à alínea b), reconhecendo o direito, sugeriu a compra de uma viatura pela própria Junta, facilitando assim o desenvolvimento da sua ação. Em relação às associações, referiu esperar que as pessoas que estão à frente das mesmas não as estejam a usar para fins próprios, como se suspeita nalguns casos. Mais disse concordar com a distribuição de subsídios apresentada, esperando pudesse vir a ser possível ajuda adicional, apoiando os pais das crianças que participam nas atividades daquelas, desta forma reforçando a sua participação e evitando até a desistência de algumas crianças, por falta de condições familiares, sobretudo financeiras, para um acompanhamento e envolvimento de maior proximidade.-----

O membro Amílcar Pereira pediu a palavra. No uso da mesma cumprimentou os presentes e solicitou que fosse tomada mais atenção aos documentos entregues, nomeadamente por via de uma leitura prévia e mais atenta dos mesmos, de modo a evitar algumas inconformidades.-----

O Presidente da mesa passou a palavra ao Presidente do Executivo para que este pudesse responder às questões colocadas e ainda ao seu pedido de uma análise mais aturada da atividade da Junta no último ano.-----

Retorquindo, o Presidente do Executivo começou por responder ao Membro Amílcar Pereira, registando a observação e comprometendo-se a ter mais atenção no futuro. Respondendo às solicitações de Rui Barroco, referiu que o apoio aos pais deve ser feito pelas próprias associações, mas que para além dos apoios financeiros ali apresentados, a Junta apoia as várias atividades e associações de outras formas, quer em géneros quer com a cedência de outros recursos. No entanto, disse, é também por se pretender apoiar mais as atividades dos mais novos que a presente distribuição de verbas distingue positivamente as associações com atividades nessas camadas. Quanto às questões apresentadas pelo membro Sérgio Lopes, mencionou a sua concordância em matéria de revisão do regulamento de distribuição de verbas, mais referindo o dever de participação e adesão às regras, por parte de todas as associações, a bem de todos. No tocante à compensação financeira apresentada, esclarece que, por lei, ao vencimento acrescem as ajudas de custo. Não pretendendo o primeiro, considera justo o segundo, pelas avultadas despesas que faz a favor da Junta, referindo ainda que tal em nada prejudica aquela instituição. Mais disse ainda, rematando, que consultadas as contas da Junta, se pode verificar que os custos para aquela, com pessoal dos órgãos autárquicos, representa, em 2014 cerca de 10.000€, tendo em 2013, até à data das eleições, 18 de Outubro, tal rubrica registado um custo que ultrapassava

os 27.000€. Em resposta ao Presidente da Mesa, o presidente do Executivo diz que todos podem, e devem, fazer uma análise do ano a terminar, informando que vai produzir um breve relatório, que fará chegar à Assembleia, mas que, para si e para o executivo, tão ou mais importante que isso é perceber o que a Assembleia pensa e pretende ver realizado.-----

Ainda em relação ao ponto nº2 alínea b), o membro Sérgio Lopes questiona, referindo não fazer sentido ser apresentado como proposta.-----

O Presidente do Executivo refere que essa proposta foi aquela apresentada ao Executivo, e que vem à Assembleia sob esse título, mas que não é para aprovar.-----

O Presidente de Mesa refere que uma coisa são as propostas do Executivo e a respetiva numeração, outra coisa é a numeração das propostas da Assembleia, que se devem distinguir, prometendo corrigir essa situação para futuro.-----

Esclarecida e compreendida a situação, o Presidente de Mesa concede a palavra ao Presidente do Executivo para descrever a atividade da Junta no período de 20-6-2014 a 22-9-2014.-----

O Presidente do Executivo, referindo o muito trabalho realizado e a exaustividade do documento apresentado, remete a assembleia para o documento, disponibilizando-se para explicar alguma questão que esta entenda. Aproveitou ainda para entregar documentação complementar, relativa à execução financeira da Junta até aquela altura. -----

O Presidente da Mesa concede a palavra à Assembleia, dando tempo para analisar a documentação entregue.-----

O membro Sérgio Lopes pede a palavra e no uso da mesma, no que concerne à limpeza, refere que junto à Rua Fonte do Lugar, dado que confluem ali quatro arruamentos, quando chove é trazido muito lixo, sendo motivo de inundação nalguns prédios. Referiu também que na Rua 30 de Junho não existe iluminação suficiente, estando até algumas lâmpadas fundidas, e que por esse fato era importante a Junta alertar a EDP para tal situação. Ainda em relação à documentação entregue, faz uma chamada de atenção relativa aos nomes das ruas, para que as mesmas sejam apelidadas pelos seus nomes corretos. Refere ainda a falta de limpeza do talude junto à ponte da Catrina. Menciona também o dever que a junta tem de mandar os proprietários limpar as suas propriedades, fazendo referência particular aos terrenos junto ao Parque do Vieiro. Deixou uma última nota sobre o Stand da Junta na Fiacoba, questionando a presença de um Kart naquele espaço.-----

De seguida pede a palavra o membro Alexandre Oliveira, que refere não deveriam ser usados determinados termos nos documentos oficiais da Junta, tais como “Vítor do Talho” e “necessitados”, referindo-os como evitáveis. Mencionou ainda a falta de referência aos parques na atividade da junta, estando apenas um parque referenciado. No tocante ao ponto 10 daquele documento, entende dever ali constar a manutenção e limpeza dos cemitérios realizadas, para além das questões administrativas associadas e referidas-----

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Rui Barroco, que no uso da mesma refere a falta de sinalética, apontando, nomeadamente, a não existência de uma placa a indicar a farmácia da Vila. Fez ainda menção a questões relacionadas com a falta de limpeza, sobretudo em torno dos caixotes do lixo e ecopontos, mas também em zonas de estacionamento enlameadas, provocando efeitos agravados em períodos de grande pluviosidade.-----

O Presidente de Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Executivo para, se fosse esse o seu entendimento, retorquir algumas questões.-----

O Presidente do Executivo referiu, na questão da EDP, que qualquer pessoa pode resolver o problema, ligando para a linha de apoio/reclamações, grátis, da própria EDP, solicitando a mudança das lâmpadas fundidas, disponibilizando-se, em qualquer caso, quando alertado para tal, para o fazer ele próprio, como faz relativamente aos casos que vai detetando e conhecendo. Relativamente ao Kart, refere que o mesmo serviu para promover a freguesia e o seu património, do qual o Kartódromo já faz parte. Em relação à intervenção do Sr. Alexandre Oliveira, o Sr. Presidente da Junta pede desculpa pelos termos usados, constatando no entanto ser dessa forma que as ruas referidas são genericamente melhor referenciadas e conhecidas pela população em geral. Relativamente aos parques refere serem também identificados no documento em epígrafe como zonas verdes. Mais refere, em relação ao Parque do Vieiro, que irá proximamente protocolar, de novo e diferentemente, a sua concessão, alterando o protocolo assinado no final do anterior mandato, porquanto a sua formalização foi ilegalmente dirigida, face à legislação vigente e, até, aos interesses da comunidade. Quanto ao Parque da Seara, sem pretender desenvolver muito o assunto, pois, referiu, ainda está ainda em fase de estudo, adiantou que se está a trabalhar conjuntamente com a Câmara Municipal e com a Universidade de Aveiro, na sua reabilitação, tendo presente a salvaguarda da sua nascente de água e o melhor usufruto que lhe possa advir, reforçando referencias sobre o assunto do Sr. Alexandre Oliveira. Em relação à sinalética, respondendo às questões do Senhor Rui Barroco, referiu a necessidade da sua alteração, não apenas pelas necessárias indicações, mas também por uma questão de imagem geral da mesma, e da freguesia, referindo ser vontade do executivo que dirige fazê-lo tão depressa quanto orçamento da Junta o permita. Quanto à falta de limpeza na envolvente dos ecopontos e caixotes do lixo, referiu que o assunto é preocupação do executivo, que já procurou minimizar o seu impacto com a colocação de alguma brita naquelas zonas, para que o espaço não fique enlameado e sujo, apelando desta forma, indireta, a um melhor comportamento cívico, que reconhece necessário, independentemente de outras dificuldades apontadas. Também demonstrou disponibilidade quanto à questão dos espaços de estacionamento, reconhecendo necessidades, mesmo, ou sobretudo, para além das da direta jurisdição da própria Junta, apesar dos esforços que está a desenvolver junto do município.-----

Nesta fase o Presidente da Mesa pede que haja alguma coerência em relação ao conteúdo das intervenções proferidas, porquanto já ouviu, na presente assembleia, a mesma pessoa fazer referências à mesma coisa e ao seu contrário.-----

Seguidamente dá a palavra ao Sr. Rui Barroco, tendo este manifestado a sua preocupação em relação à aplicação de espelhos rodoviários, como forma de evitar acidentes, apesar de reconhecer ser competência da Câmara Municipal, mencionando alguns sítios onde entende deverem ser colocados.-----

O Presidente do Executivo, em resposta, refere não perceber grande utilidade na colocação de espelhos, por experiência própria e pela confusão mental que provocam, mas, refere, irá requerer junto da Câmara Municipal a sua colocação. Refere ainda, solicitando retorno à questão dos terrenos adjacentes ao Parque do Vieiro, que se encontra em negociações com os seus proprietários, que estão no Brasil, onde se deslocará brevemente por outras razões, e que certamente, assim acredita, os terrenos irão ser doados à junta de freguesia, razão porque, assim explica, não pretende entrar em discussão com os proprietários, num tempo de negociação, independentemente de já ter algumas vezes conversado com o seu procurador em Portugal sobre o assunto.-----

Dada a palavra ao membro Amílcar Pereira este indica, a título de chamada de atenção, que a questão relativa à empresa de karting, para além de lhe parecer estar a ser dada maior atenção a uma empresa da região, em detrimento de outras, em contencioso com a Câmara Municipal, é já uma questão de saúde pública, pois além da poluição ambiental provocada pelos escapes, tem também associada uma poluição sonora gravíssima, audível e incómoda na zona onde ele próprio habita.-----

Dada a palavra ao membro Sérgio Lopes, este explicou que a questão levantada da iluminação na Rua 30 de Junho, não tem que ver com lâmpadas fundidas, pois ele próprio também poderia fazer a comunicação, antes com iluminação insuficiente para o espaço. Quanto ao assunto da empresa de Karting, diz perceber a intenção da promoção da freguesia e da assunção da Junta, mas reitera que entendeu essa exposição de forma negativa, dado a empresa ter um diferendo com a Câmara Municipal, em tribunal, havendo outras empresas que também poderiam representar Oiã de forma positiva.-----

O Presidente do Executivo referiu que independentemente do diferendo existente, se preocupou fundamentalmente com a promoção de Oiã, importando, já que o assunto foi ali levantado, saber se as pessoas, os Oianenses, querem, ou não, o kartódromo em Oiã. Mais do que um negócio, como outros, este tornou-se emblemático, sobre a qual todos temos o dever de pensar. É ou não uma mais-valia promocional; é, ou não, um bem, ou será antes um prejuízo da Freguesia ter na sua área geográfica uma instalação como esta, o Kartódromo de Oiã, impar na zona, questionou. São assuntos que merecem uma reflexão geral e aprofundada, rematou, informando ainda que

nunca foi sua intenção demonstrar qualquer posição pessoal, menos ainda institucional, quanto aos desenvolvimentos em curso.-----

O Presidente da Mesa alerta para o fato de se estarem a desviar do centro da questão, que era a atividade da junta no período em referência, e acrescenta, indicando poder existir espaço na assembleia para este tipo de discussões, demonstrando a sua disponibilidade, assim como entende estar o Executivo igualmente disponível, para uma discussão aberta sobre um conjunto de diferentes assuntos, de forma aberta e não previamente agendada, que digam respeito e/ou interessem à freguesia, assim demonstrem igual interesse os Senhores membros da Assembleia, dando de seguida a palavra ao membro Alexandre Oliveira.-----

O Sr. Alexandre Oliveira refere, concordando que a assembleia se está a desviar do fulcro da ordem de trabalhos, que não lhe pareceu bem privilegiar uma empresa que está em incumprimento, em detrimento de outras.-----

O membro Sérgio Lopes informa, ainda a propósito da questão do kartódromo, tendo lido numa rede social, ou num jornal, que ficou definida uma posição institucional da Junta em relação a este assunto, alegadamente veiculada pelo Sr. Presidente da Junta, Victor Oliveira, parecendo-lhe grave isso ficar definido dessa forma.-----

Em resposta o Presidente do Executivo afirma que não foi isso que disse, nem isso que leu, apesar de reconhecer que nem sempre o que se diz e o que aparece escrito poderem ser a mesma coisa, admitindo ainda diferentes leituras por parte de diferentes pessoas.-----

Face ao diferendo e à duração da discussão, o Presidente de Mesa lembrou a ordem de trabalhos e a relevância dos assuntos em discussão em cada momento, perguntando à Assembleia, insistindo, se considera pertinente que uma convocatória seja concretizada de forma mais alargada, para em conjunto se discutir algum tipo de pontos não previamente fixados de forma mais aberta. Se assim fosse colocaria na convocatória seguinte um ponto reservado a esse fim, que considera bastante positivo, se realizado concisamente.-----

O membro Amílcar Pereira, seguindo o repto lançado pelo Presidente da Mesa e concordando com a menor relevância dos assuntos discutidos nos momentos anteriores, refere a importância e necessidade de uma maior discussão do PDM aberta pelo executivo Municipal, mas cuja relação espaço-temporal lhe parece desajustada, para um assunto que afeta, durante dezenas de anos, a vida dos Municípios, a quem não é dada razoável hipótese de análise e participação. -----

O Presidente de Mesa concordou ser vergonhoso que a Câmara Municipal coloque o PDM em discussão pública num único momento, a uma sexta-feira, pelas 10h00 da manhã, altura em que toda a gente está a trabalhar, referindo ainda haver pouco tempo para qualquer ação contraditória, que em qualquer caso tentaria, de alguma forma, se assim fosse entendido, fazer uma pronúncia da Assembleia de Freguesia à Câmara Municipal, sobre a matéria. -----

Também o Presidente do executivo reforça a situação, demonstrando desgosto pela forma como o processo está a ser conduzido, intensificando que o PDM deve ser discutido de forma mais abrangente, em horário compatível com o modo de vida da maioria dos Municípios, elevando desta forma a sua participação, desejável e sempre pretendida por quem gere o bem público, a seu ver.-----

Em suma, verificando a participação verbal, bem como gestual, dos elementos da assembleia, o Presidente da Mesa propõe trazer, em próxima assembleia, um ponto de discussão mais aberto, dando de seguida a palavra ao Presidente do Executivo para explanação do *Ponto 2 - “Apreciação e Votação do Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e ACIB- “Iluminação de Natal”*.-----

O Presidente do Executivo referiu em que consiste a sua essência, em linha com o ano anterior, explicando que apesar de se baixar o custo global, pois o protocolo é para três anos, caberá a cada freguesia 35% do custo da instalação no seu espaço físico, com exceção da freguesia de Oliveira do Bairro, que apenas suportará 15%, pondo em causa a equidade de tal decisão. Referiu ainda que será a ACIB quem irá gerir o processo e apresentar as contas, bem como será quem definirá os critérios de implementação, seguindo o protocolo assinado, embora acrescentando já ter reunido com aquela associação, tendo discutido o assunto da animação natalícia, para além da iluminação, até aqui sempre realizada apenas na sede do Concelho, apesar dos seus associados, e dos Municípios, se encontrarem distribuídos por todo o Município, mostrando acreditar numa descentralização dessas atividades, em concordância com as conclusões de tal reunião.-----

O Presidente de Mesa dá a palavra à assembleia, nos termos regimentares, para pronúncia.-----

O membro Sérgio Lopes pede a palavra e no uso da mesma questiona se tal assunto terá sido aprovado em reunião do Executivo, ao que depois de afirmativamente respondido pelo Presidente da Junta, refere, acrescentando, faltar a ata demonstrativa de tal situação, tendo a Assembleia que aprovar uma proposta sem ter presente a ata do executivo que a sustenta.-----

Dada a palavra ao Sr. Rui Barroco, este manifesta a sua indignação no que concerne à diferenciação da Freguesia de Oliveira do Bairro, cabendo-lhe apenas pagar 15% das despesas, correspondendo a metade do que as outras pagam, bem como questiona a razão de ser a ACIB a tratar destas questões, que não compreende, porquanto, ao que sabe, nem o dinheiro nem a atividade são de sua responsabilidade.-----

O Presidente da Mesa diz, procurando dar entendimento à situação, parecer-lhe ser esta uma forma de a Câmara Municipal delegar questões de domínio público num particular, não ficando porém, e por isso, livre de responsabilidades em matéria de contratação e do bom uso do bem coletivo.-----



Posto à votação foi este ponto aprovado por maioria, tendo-se absterido o Sr. Rui Barroco e o Sr. Amílcar Pereira.-----

Nessa sequência o membro Amílcar Pereira faz uma declaração de voto dizendo “que em tempos de crise a fome e fartura devem ser distribuídas por todos.”-----

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente do Executivo para que apresente o ponto nº 3, correspondente à proposta nº 16 do Executivo.-----

O Presidente da Junta refere tratar-se da minuta de um protocolo para reger a relação com as associações, correspondendo a um compromisso a assumir entre estas e a Junta de Freguesia, tendo em vista a prossecução de atividades conjuntas a favor da população.-----

O membro Sérgio Lopes pediu a palavra e no uso da mesma referiu também neste caso faltar a ata do executivo a aprovar a proposta apresentada, tendo a Assembleia que decidir sobre uma proposição sem ter a formalidade que a fundamente.-----

Em resposta, o Presidente do Executivo refere que a proposta foi sujeita a deliberação do Executivo, tendo sido aprovada e proposta a decisão da assembleia, demonstrando as datas em qua tal aconteceu, constantes no documento apresentado. Em qualquer caso disponibilizou-se para mostrar o livro de atas do Executivo, caso a Assembleia assim entendesse necessário, informando que doravante faria sempre acompanhar as propostas da deliberação do Executivo que as sustenta.-----

O membro Sérgio Lopes fez ainda referência a alguns erros de língua no documento apresentado.-----

O membro Carlos Areias pediu a palavra e sugeriu, em tom ligeiro, que as atas passassem a ser escritas à mão, eliminando os computadores, e desta forma passassem a ser verificados, por quem conseguisse, os erros ali gravados.-----

Posto à votação foi o ponto aprovado por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa deu de novo a palavra ao Presidente do Executivo para a apresentação do ponto nº 4, correspondente à proposta nº 17 do Executivo.-----

O Presidente do Executivo referiu que aquela proposta, bem como as seguintes, números 18, 19 e 20, consistem na definição/alteração de nomes de arruamentos, sugerindo a sua apresentação global e, consentida, explicou os fundamentos que levaram aos nomes sugeridos.-----

Dada a palavra à Assembleia, o membro Rui Barroco demonstrou algum incómodo no tocante à apresentação e fundamentos que suportam o nome do Dr. Nelson Albuquerque para uma Rua, tendo por base as referências ao 25 de Abril no documento apresentado, com o que discorda, muito embora não tenha conhecido a pessoa. Mais se questionou até quando a Rua do Centro de Saúde irá manter esse nome, tendo em vista o desaparecimento das instalações públicas de saúde a que se está a assistir. Em relação à Travessa do Cascão disse entender, já que se lhe vai

dar um nome, que a mesma deveria ser objeto de alguma intervenção, pois está completamente esburacada.-----

Dada a palavra ao Sr. Sérgio Lopes, este refere, de novo, a inexistência das deliberações do executivo que as sustente. Suscita ainda uma dúvida no tocante à proposta nº 18, sobre se a Rua do Centro de Saúde não seria terreno privado. Mais referiu entender, quanto à proposta nº 17, que a mesma deveria vir acompanhada de uma proposta do executivo com a revogação da anterior denominação. Insiste ainda na questão da forma e observância dos formalismos, referindo a necessidade de apresentação das deliberações do executivo, no seu entender necessárias, para além do crédito pessoal que deposita no Sr. Presidente do Executivo.-----

De modo a encerrar o assunto, a esclarecer as dúvidas e a repor a normalidade, o Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Executivo uma cópia da documentação referida, a fim de ser enviada a todos os membros da assembleia.-----

Em resposta, o Presidente do Executivo refere que entregará já no dia útil seguinte todos os documentos que servem de base à apresentação destas propostas. Mais referiu que as competências da Assembleia não se podem misturar com as do executivo, e que independentemente de tudo o resto, a Assembleia é soberana nas suas decisões. Nesse sentido o que ali é levado é uma proposta do Executivo, que a Assembleia pode aprovar, ou não, ou ainda solicitar maior informação, remetendo a decisão para momento posterior. Respondendo também ao Sr. Rui Barroco sobre a questão do Dr. Nelson Albuquerque disse que o texto que entregou corresponde a uma cópia tirada de um livro, não a podendo, nem devendo, alterar. Sobre a Travessa do Cascão referiu que se encontra naquele estado devido a obras de instalação do gasoduto, mas que já estaria a ser arranjada.-----

O Presidente da Mesa responde à questão do membro Sérgio Lopes relativa ao entendimento a seguir em matéria de renomeação de ruas, referindo que, no seu entendimento e do ponto de vista técnico jurídico a questão está resolvida, pois quando se aprova um novo nome o anterior fica automaticamente revogado.-----

Concedida a palavra ao membro Amílcar Pereira, o mesmo referiu que no que toca à proposta nº 17, entende que se deveria manter o nome anterior, até para que ninguém se esquecesse da promessa do Pavilhão para aquela zona, muito embora respeite imenso a memória e o trabalho desenvolvido pelo Dr. Nelson Albuquerque, a bem da região e do país. Sobre a proposta nº18 referiu, tanto quanto sabe, que o arruamento situado em frente ao Centro Social de Oiã é propriedade daquela instituição, razão porque entendeu ser preferível apurar primeiramente essa questão, antes de se votar a proposta.-----

Dada a palavra ao membro Alexandre Oliveira, em relação à proposta nº 17 disse não conhecer a pessoa referida, nem os seus feitos, mostrando preferir que à rua fosse dado um nome que se referisse a algo da zona, como noutros casos. Com relação à proposta nº 18 disse que o

arruamento desemboca no centro de saúde, como é conhecido, apesar de não ser esse o nome legal dele, mais referindo que o caminho faz fronteira com o Centro social de Oiã em mais comprimento do que com o Centro de Saúde, pelo que valeria a pena ponderar esses aspetos.----

O presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Executivo que referiu, atendendo a que a Rua do Centro Social está alcatroada, dever ter existido cedência de parte do terreno para caminho, tornando-se espaço público, mas aceitou retirar essa proposta para posterior análise e aprovação.-----

Posto à votação o ponto nº 4, correspondente à proposta nº 17, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção dos membros Rui Barroco, Sérgio Lopes, Dária Marques, Alexandre Oliveira e Mário Oliveira.-----

Posto à votação o ponto nº5, correspondente à proposta nº 18, retirando a rua do Centro Social de Oiã, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Posto à votação o ponto nº6, correspondente à proposta nº 19, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Posto à votação o ponto nº7, correspondente à proposta nº 20, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Nesta sequência o Presidente da Mesa declara aberto o período de Intervenção aberto ao Publico, havendo intervenção dos Senhores Antero Lopes, Carlos Réu e Francisco Alves.-----

O Sr. Antero Moreira Lopes suscitou dois pontos, o primeiro relativamente à toponímia da Rua Conde de Águeda, referindo ser a Rua mais antiga de Oiã, mas não estando devidamente identificada. Mais referiu que já se ter oferecido para pagar as placas, pois o problema persiste há vários anos. O segundo ponto prendeu-se com a organização de um jantar convívio, em homenagem ao Dr. Fernando Peixinho, de modo a angariar fundos para a colocação de um grupo escultórico em seu nome, no cruzeiro, já acordado com a Câmara Municipal, para o que deixou um convite a todos os presentes.-----

O Sr. Carlos Réu referiu, em relação ao Centro Social de Oiã, saber que formalmente o espaço ainda está em nome do Centro Social de Oiã, mas que é seu entendimento que este assunto rápida e pacificamente se resolverá, a interesse de todos. Em relação ao Dr. Nelson Reis refere que foi uma pessoa muito ilustre, a nível concelhio, distrital e mesmo nacional, acentuando que no seu entender existirão na Freguesia locais mais nobres para que lhe fosse feita esta homenagem, congratulando-se, ainda assim, pelo gesto e proposta feitos por este executivo.-----

O Sr. Francisco Alves refere que a convocatória da Assembleia foi afixada em vários locais, o que o deixou muito agradado. Agradeceu ainda o subsídio concedido à Associação Desportiva de Oiã, que passou de 0€ para 650,00€. Referiu ainda que agora já consegue ir de carro à Silveira, buscar água, pois antes só de trator, agradecendo o tratamento dado àquele arruamento.

Mais referiu ainda a homenagem ao Dr. Fernando Peixinho já referida pelo Sr. Antero Moreira, apelando à participação de todos.-----

O Presidente da Mesa concede a palavra ao Presidente do Executivo para, querendo, responder a alguma das questões colocadas. No uso da mesma, o Sr. Presidente da Junta responde ao Sr. Antero Lopes, reafirmando a intenção de mudar a sinalética, podendo embora demorar algum tempo, apesar de já estar orçamentado. Em relação ao Sr. Francisco Alves, refere que o mesmo não tem de agradecer pois é dever da Junta trabalhar a bem da freguesia, enaltecendo ainda o empenho dos colaboradores.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se elaborou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada de acordo com a Lei.

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretario \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_